



As mulheres e a frente popular

A situação política actual, o avanço do movimento popular de massas, a combatividade das mulheres trabalhadoras, levam-nos a concluir que são boas as perspectivas de trabalho junto das mulheres, no engrandecimento da UMAR.

Na nossa região, apesar de haver pouco trabalho, as mulheres aparecem nas reuniões, onde mostram um grande desejo e combatividade para a resolução dos seus problemas. Elas querem organizar-se, querem lutar, juntamente com todo o povo na grande Frente que se oporá ao avanço da direita, do fascismo e do imperialismo. Isto mostra a justeza da linha do Partido quanto à necessidade de organizar as mulheres.

Mas camaradas, para as organizar temos de nos ligar a elas, nas fábricas, nos campos, nos locais de habitação, conhecermos os seus problemas, as suas necessidades e aspirações, dando-lhes perspectivas para as suas lutas, dando-lhes alternativas imediatas e revolucionárias.

A táctica revolucionária do Partido e as bases políticas da UMAR dão-nos confiança na vitória.

Mas camaradas algumas dificuldades têm surgido que pela sua importância referimos:

1) Na actual situação de crise revolucionária, que atinge grandes camadas do nosso Povo, os problemas que surgem e que as mulheres mais intensamente sentem, são os problemas mais sentidos pelos operários, camponeses, resultantes do avanço da direita e da recuperação capitalista. A luta contra o aumento do custo de vida, o desemprego, as condições de habitação, as condições de saúde, o congelamento de salários, as actuais reformas e pensões, a libertação dos pides e fascistas, o avanço da direita, são os problemas mais focados pelas mulheres.

Este campo não é específico das mulheres, mas de todo o Povo.

Como é que as mulheres da UMAR podem intervir neste campo, tomando por vezes iniciativas, mas que não podem ficar isoladas?

É normal que quando as mulheres discutem o problema das condições de habitação (lixeiras, água, luz...) cheguem à conclusão da necessidade de uma comissão de moradores, nos locais onde não existem.

Vai a UMAR lançar-se na formação duma comissão de moradores?

Como pode intervir a UMAR na luta dos reformados quando aparecem mulheres camponesas, a reivindicar melhorias de reformas? reformas? A UMAR só pode intervir nestes campos em ligação com o MUP.

É importante que o MUP, para isso, não fique só no campo da agitação e intervenha em todas as lutas, apresentando alternativas claras e revolucionárias em cada momento concreto. Só com a clarificação da linha do MUP e o seu desenvolvimento, a UMAR terá também clarificado o seu campo de intervenção.

As divergências que possam surgir no MUP, como a proibição de se falar na UMAR na campanha das autarquias, surgem de forças partidárias que existem no seio do MUP e do papel que elas ainda desempenham. Cabe ao Partido e à direcção que é feita no MUP acabar com a conciliação que exista neste campo, em acções deste género.

É através da intervenção em todas as frentes nomeadamente na UMAR, no MUP, pois a sua luta é comum, que alcançaremos mais rapidamente o nosso objectivo, que é erguer e engrossar a Frente Popular de Massas.

Pensamos que num futuro imediato com o desenvolvimento do MUP que a UMAR deve dar o seu apoio ao MUP, integrando-se no apoio à Frente Popular de Massas.

Por outro lado achamos que relativamente à actual

situação política com a necessidade de rapidamente unirmos, organizarmos largas camadas do Povo nomeadamente as mulheres, temos necessidade de no dia a dia, termos um elo de ligação entre nós, que nos cheguem dados, informações, experiências, para mais facilmente concretizarmos a táctica do Partido. Para isso é decisivo a saída do jornal diário.

2) Um outro tipo de dificuldades que temos são de outra ordem pois revelam-se no seio do Partido.

Primeiro há resistências na aplicação das directivas do Partido quando diz que é necessário erguer a UMAR. Há muitos camaradas que consideram que é um trabalho recuado, que leva muito tempo e não é importante na situação actual.

Camaradas, as mulheres foram duramente exploradas e embrutecidas com a política fascista de Salazar, que encontrava aí bom terreno para a sua propaganda, exaltando as mulheres ao sacrifício, submissão e escravidão.

O não desenvolver trabalho entre as mulheres, causa grandes males ao nosso Partido e consequentemente ao avanço do movimento popular. O nosso Partido precisa de ter no seu seio mulheres: operárias, camponesas, trabalhadoras-comunistas.

Precisamos pois de recrutar mulheres.

Temos que recrutar aquelas que mais se distinguem, que mostram mais combatividade, que têm posições firmes nas lutas onde estão integradas, onde se põem à cabeça dessas

lutas, nas fábricas, nos campos e noutros locais de trabalho.

Não podemos esperar, para as recrutar que elas tenham já a política na cabeça. Têm de ser recrutadas na luta e para a luta, seja na UMAR ou não.

Para isso todos os camaradas sejam homens ou mulheres têm de estar empenhados.

Esta tarefa é de todos os comunistas. Só assim engrossaremos as fileiras do nosso Partido de sangue novo.

Podemos perguntar se todos os organismos se preocuparam em chegar junto das mulheres dentro do plano traçado de recrutamentos, através da imprensa do Partido (BV; VP; TO).

Por outro lado achamos importante o papel dos companheiros junto das suas mulheres, mães, irmãs, esclarecendo-as e trazendo-as para o trabalho e para a luta.

Muitos camaradas, revolucionários antifascistas que lutam nos seus locais de trabalho contra a miséria e a exploração esquecem-se que têm a seu lado outras aliadas que lutarão juntamente com eles.

A acção contra as práticas erradas de muitos camaradas para com as suas companheiras só terá efeitos benéficos para a UMAR e para o Partido, pois:

- surgirão novas forças
- haverá um reforço de famílias revolucionárias
- sentir-se-á um reforço pela aplicação dos princípios da moral proletária no nosso Partido.

Vx.

AVISO

Informamos que o próximo número da TC a sair, o número 11, será o último, por esse motivo deve cessar toda a correspondência para o Apartado. No entanto uma vez que o debate deve prosseguir nas páginas do BV, as contribuições dos camaradas devem ser enviadas pelas vias partidárias.

Chamamos a atenção dos camaradas para a importância de prosseguir o estudo e a discussão da resolução política, dos estatutos e das TC e apelamos à colaboração de todos os militantes e organismos no debate nas páginas do BV.

A Comissão de Redacção da T.C.

Algumas questões sobre o projecto de resolução política

Camaradas:

Escrevo-vos para vos alertar contra algumas questões inseridas no Projecto de Resolução Política do CC. Para o II Congresso do Partido. Se a análise que faço não é correcta melhor será, pois demonstra que eu é que não vejo claramente tais questões.

Assim camaradas:

A Considero que a análise feita no Capítulo I, ponto 14 é incorrecta onde afirma que "na raiz de impotência do gonalvismo..." e que "os cunhalistas... Mas o que conseguiram foi caminhar para um grande fracasso".

1. Porque considero que na raiz da impotência do gonalvismo estava a sua falta de apoio por parte das massas populares e o seu enfeudamento aos cunhalistas que minava tais governos.

2. Considero também que os cunhalistas não obtiveram um grande fracasso, mas sim aquilo que naquele momento deseja-

vam, isto é, a entrega de Angola aos sociais-imperialistas, como se diz no ponto 18.

B Penso que a análise feita ao 25 de Novembro é muito confusa, muito pouco clara e mesmo incompleta.

Concordo camaradas que estivesse a ser montado um golpe pela CIA, mas daí até ser o 25 de Novembro esse próprio golpe, tenho as minhas dúvidas. Considero que a própria análise feita no ponto 17 e 18 é um pouco contraditória. Primeiro diz-se que o golpe é montado pela CIA, mas à frente, no ponto 18, diz-se que "a secção militar cunhalista lançou-se a tramar um golpe para se adiantar ao golpe de direita em marcha". É aqui camaradas que penso que está o fulcro da questão, existe de facto toda uma conspiração montada pela direita, todavia também não é menos verdade que os cunhalistas tramavam um golpe, não seria a ocupação das bases pelos paraquedistas o golpe, havendo de imediato um contra-golpe,

lançado pela direita, que já vinha em marcha.

Uma questão que também me levanta certas dúvidas é a dos SUV, pois penso que os mesmos foram criados pelos cunhalistas e não se infiltrando.

Há no projecto, camaradas, questões que são analisadas superficialmente, outras há que se abordam em determinados pontos para mais à frente se voltarem de novo a analisar de modo mais profundo, havendo assim como uma repetição de questões, que penso vir prejudicar a ordem das questões e o próprio estudo para sua compreensão. No ponto 5 do Capítulo III, por exemplo, é feita uma análise que é muito superficial, pois não se abordam nem se aprofundam questões de máxima importância como o perigo da III Guerra Mundial e qual o "papel" do Partido.

Desejo também falar-vos camaradas sobre a resolução da Comissão Política do CC do Partido inserida na Tribuna do

Congresso nº 4. Acho, camaradas, que a mesma é demasiado legalista, pois nos comentários que a Comissão Política faz sobre a carta do Mendes, não é focado todo o trabalho cisionista e anti-partido de tal elemento e nas decisões que toma serve-se precisamente das razões expostas, que acho correctas, mas que considero insuficientes, pois a carta de Mendes é vista apenas segundo um ponto de vista legalista, não se tomando em consideração todo o trabalho cisionista e anti-partido que seriam razões mais que suficientes para não permitir que tal elemento pertencesse ao Partido.

Eram estas camaradas algumas das considerações que vos queria expor.

Viva o II Congresso do Partido!

Viva o nosso querido PCP(R)!

Viva o comunismo!

Rx.

Sobre o estilo de trabalho e a imprensa do Partido

Camaradas

Muitos comunistas compram regularmente quase toda a imprensa influenciada pelo Partido. Além do nosso órgão central o "Bandeira Vermelha", é a "Voz do Povo", o "Tribuna Operária", o "Juventude Revolucionária" e ainda um dos jornais burgueses diários. Sem contar com a "Luta Continua" e a imprensa regional.

Se é certo que os simpatizantes do Comunismo e os comunistas compram todos estes jornais, não é menos certo que nenhum deles é completamente lido. Pior ainda é que poucos são os artigos que são estudados, mesmo os do nosso órgão central. Alguns dos artigos vêm mesmo repetidos em jornais diferentes. Por outro lado muitos sectores do povo que já se encontram no campo da Re-

volução estão temporariamente influenciados por jornais contrarrevolucionários como o "Página Um" e o "Diário". Estes jornais fazem seus inimigos principais as forças revolucionárias e o nosso Partido.

Pese-se embora todo o bom trabalho desenvolvido pelos camaradas dos jornais que citei acima algumas falhas existem que dificultam a implantação do Partido nas massas e a educação e aprendizagem dos Comunistas. São a dispersão de esforços por tantos jornais e o grande número de lutas e experiências que não são sistematizadas. O que se aprendem nas greves do INE ou dos CTT não se sabe aplicar no TLP o que se aprendeu em C. de Ourique não se sabe aplicar em S. Mamede, os erros cometidos no

GDUP dos Olivais são cometidos noutros GDUP.

Para nos livrarmos dos erros grupistas recolhendo todas as experiências do Partido, para se combater o trefismo não nos guiando pela nossa intuição mas pela política do Partido, para dizermos que somos os seguidores do PCP e sabermos a história do nosso velho Partido, para aprendermos os princípios do marxismo-leninismo e sabermos aplicá-los, para podermos educar os nossos quadros e promover mais rapidamente os camaradas operários, para servirmos melhor o Povo, a Revolução e o Partido temos de nos pôr de forma humilde mas audaz à altura do que exigem de nós.

Pelo que atrás disse penso

que a forma de resolver estes problemas seria a criação de um boletim interno a cargo do nosso querido CC e a orientação dos nossos esforços para a criação de um jornal diário e o melhoramento constante do "Bandeira Vermelha", e na sua implantação nas massas.

Camaradas

O que escrevi é o que sinto; posso não ter explicado bem, mas gostava de ser esclarecido. Não falei no 25 de Abril do Povo, não percebi nunca o que se passava.

Viva o nosso querido Partido!

O II Congresso do PCP(R) será um grande salto em frente!

Saudações Comunistas

R

Acabar com os vícios pequeno-burgueses

Camaradas

Ao utilizar as páginas desta tribuna faço-o por duas questões.

Uma pela grande alegria que sinto ao ver aproximar-se a realização do Congresso do nosso querido PCP(R) que será marco importante para a vida do Partido, assim como para o avanço da Revolução em Portugal.

Outra, são os vícios pequeno-burgueses que os grupos deixaram enraizados em nós.

Sobre esta questão creio que no Norte e principalmente na região do Porto, foi onde os vícios e o estilo de vida peque-

no-burgueses mais profundas raízes deixaram.

Neste momento penso (talvez subjectivamente?) que a lufada de ar fresco (revolucionarização) que percorreu todo o Partido, não chegou a esta região.

Acho que já é tempo de acabarmos com este estado de coisas, e que todos nós devemos de forma verdadeiramente revolucionária receber também esta lufada de ar fresco, mas para isso camaradas é necessário que deixemos de uma vez por todas os vícios pequeno-burgueses que os grupos deixaram em nós, acabar com o estilo de

vida fácil e cómoda é pois uma necessidade urgente, para bem do Partido das massas e do avanço da revolução na construção segura do caminho para o Socialismo e no combate à miséria e ao fascismo.

Camaradas, como comunistas e para ganharmos a confiança do Povo temos que aparecer aos olhos das massas como seus verdadeiros defensores quer seja na fábrica, no campo ou no local de habitação, temos que levar uma vida modesta e simples, não nos deixarmos envolver por vícios pequeno-burgueses que só causam a degeneres-

cência, devemos repudiar com todas as forças as manifestações da cultura miserável e decadente da burguesia.

Devemos ter sempre presente, que ser comunista é uma quotidiana opção que em cada minuto em cada hora, em cada dia devemos estar sempre prontos a lutar e a sofrer pela causa da nossa revolução, pelo bem estar do Povo, pelo Socialismo e pelo Comunismo.

Viva o II Congresso do PCP(R)

Saudações Comunistas

Hy.

Algumas notas sobre a reforma agrária

Camaradas, sem darmos uma resposta clara às questões que adiante são postas será impensável definir com objectividade a tática do Partido junto dos assalariados rurais e outros sectores envolvidos no processo nas zonas do Alentejo e Ribatejo.

A Qual a principal conquista política dos assalariados rurais alentejanos e ribatejanos?

A resposta a esta questão só pode ser uma. Essa conquista trata-se do **desalojamento dos grandes agrários e latifundiários no que respeita à posse da terra.**

Embora não totalmente aniquilados (no que respeita fundamentalmente às suas ligações com o capital financeiro), os latifundiários sofreram uma machadada mortal ao serem expropriados dos meios de produção que lhes conferiam o poder e influência que contribuíram para a caracterização do fascismo no nosso país — as grandes herdades e latifúndios.

Essas grandes herdades e latifúndios encontram-se hoje na sua maioria (embora não totalmente, e neste campo ainda há uma luta a travar) nas mãos dos operários agrícolas alentejanos e ribatejanos.

B Qual o significado político desta conquista?

A concretização da palavra de ordem de "a terra a quem a trabalha" nas regiões da Reforma Agrária, o desalojamento desse sector parasitário da grande burguesia que são os grandes agrários e latifundiários, constitui uma das mais importantes, senão a mais importante, das conquistas políticas da classe operária portuguesa até à data. O facto de terem sido os revisionistas e em colaboração com os militares radicais quem se apropriou da direcção política destas lutas e do processo de ocupação com as consequências que daí advieram, e o facto de o processo revolucionário em Portugal se debater hoje com grandes dificuldades e assistirmos a uma investida vigorosa das forças da burguesia, não lhe roubam a importância, pelo contrário, tornam mais urgente para o nosso Partido a sua análise e tirar daí as lições que lhe permitam encabeçar este processo. A contradição existente entre essa conquista e o carácter do poder burguês, cada vez mais desmascarado no que respeita a ilusões "socializantes", constitui um foco permanente de desencadeamento de uma aguda luta de classes, contribuindo assim para a consciencialização e radicalização de amplos sectores das massas nestas regiões, desde o momento em que o nosso Partido aí se implante, desmascarando a traição revisionista e organizando a defesa intransigente dessa conquista.

C Qual a tática da burguesia no poder em relação à Reforma Agrária?

A burguesia tomou consciência da importância da conquista política dos assalariados

rurais alentejanos e ribatejanos e tudo fará para a neutralizar e impedir a sua consolidação, e para tal desencadeou uma ampla ofensiva que passa pela reconversão capitalista dos campos do sul de Portugal. Criando todo o tipo de dificuldades económicas (cortes do crédito de emergência, desanexações, etc.), desencadeando uma propaganda caluniosa em relação às UCPs e Cooperativas, instituindo por todo o lado as ilhas das reservas, que aliadas às indemnizações pretendem fornecer as condições para os modelos de gestão capitalista nos campos (e para tal contam com os empresários capitalistas que sobreviveram ao avanço dos trabalhadores e com os agrários reservistas que são hoje a força mais avançada do projecto político da burguesia nos campos), instituindo a divisão no seio dos trabalhadores, criando o desânimo e provocando cada vez mais dificuldades (aumento do custo de vida, juros elevados para pagamento das dívidas, etc.), a burguesia social-democrata conta a médio prazo reunir as condições para, através de um processo progressivo e cada vez mais violento, recuperar aos trabalhadores essa conquista em seu próprio proveito.

Para tal, conta também com a incapacidade e traição do projecto revisionista, mas esquece as duras experiências de luta dos assalariados rurais dessas regiões, a grande experiência acumulada, a sua enorme capacidade de resistência, e sobretudo menospreza a nossa própria capacidade, a do nosso Partido, para encabeçar a luta pela resistência activa contra tal projecto, no sentido de criar as condições para virar o feitiço contra o feiticeiro.

D Qual a nossa principal tarefa? Qual a direcção principal do nosso fogo em relação aos problemas com que se defrontam os assalariados rurais alentejanos e ribatejanos?

Depois de tudo o que fica dito e que necessita aprofundamento e desenvolvimento, parece claro que a principal tarefa que se coloca aos comunistas face à Reforma Agrária, será a de organizar a defesa activa da principal conquista dos trabalhadores dessa região: a defesa da terra e de formas de aproveitamento da mesma, colectivas, independentes do poder do estado burguês e geridas democraticamente, contrariando e resistindo a todos os projectos da burguesia, em franca ofensiva e que visam subverter essa conquista através de uma política inteligente de infiltração capitalista nos campos. Esta fase de resistência activa tem também como objectivo forjar os destacamentos de vanguarda que se temperarão no fogo dessa aguda luta de classes contra os dois

inimigos: a burguesia capitalista e os traidores revisionistas.

No sentido de organizarmos essa luta é necessário que não desprezemos nenhuma forma

de luta nem nenhuma forma organizativa para a sua concretização. É sobretudo necessário que nos lancemos na dinamização da actividade sindical de massas, visando a mobilização e reforço da unidade dos assalariados rurais, a melhoria das suas condições de vida e de trabalho e impedindo a sua corrupção ideológica, tanto por parte dos revisionistas como da burguesia social-democrata. Um dos objectivos fundamentais que deve constar dos nossos objectivos imediatos é o reforço de formas de solidariedade política e material entre os trabalhadores das U.C.P.s. e Cooperativas, aspecto este que tem sido desprezado ou aplicado unilateralmente pelos revisionistas.

É preciso no entanto não esquecer dois aspectos: a burguesia no poder não pretende restaurar o poder decadente e semi-feudal dos grandes agrários e latifundiários. A burguesia joga nos empresários capitalistas dos campos. Tudo fará para lhes dar terra, tudo fará para apoiar a iniciativa privada. O proletariado terá de encontrar as formas mais indicadas de contrariar esse projecto, face a cada situação concreta, projecto esse que visa reconverter uma das poucas conquistas de carácter marcadamente revolucionário que ainda se mantém de pé — a terra passou para as mãos dos que sempre a trabalharam.

Por outro lado, o projecto revisionista (que neste momento se vêem a braços com enormes dificuldades e contradições) passa pela criação de uma espécie de "poder paralelo" de conteúdo "socialista" nas regiões do Alentejo e Ribatejo em que eles dominariam e que face ao poder central burguês lhes garantiria a base de apoio que necessitam para as suas manobras e negociações. Qualquer destes projectos estão condenados à falência se soubermos avançar com firmeza na clarificação da nossa tática e com ousadia na sua aplicação às circunstâncias concretas em cada zona ou situação determinada.

E A concretização da tática do Partido — A luta por um governo do 25 de Abril do Povo.

Uma tática de defesa activa face ao cerco capitalista dos assalariados rurais alentejanos e ribatejanos passa por criar as condições nesta região para a concretização da alternativa concreta que o nosso Partido apresenta aos trabalhadores portugueses, o governo do 25 de Abril do Povo.

A defesa da principal conquista dos assalariados rurais nestas zonas passa pela luta contra o desemprego e por melhores condições de vida, mas

nunca desliga esta luta de uma tática de resistência face ao avanço da burguesia, no sentido de criar as condições para a consolidação das vitórias alcançadas, só possível com um tal tipo de Governo.

Que quer isto dizer? Há camaradas que partem do princípio que a Reforma Agrária estará a curto prazo liquidada, ou pelo menos completamente reconvertida numa "Reforma Agrária" capitalista. Justificam essa posição na base de que, a manter-se um governo burguês como o que temos, os trabalhadores não resistirão muito tempo. Para além disso é sabido que os revisionistas não pretendem de forma nenhuma defender as conquistas desses trabalhadores mas sim utilizá-los como ponta de lança para a sua estratégia. A acrescentar a isto há ainda camaradas que prevêem a curto prazo a queda do governo sob a acção de um golpe militar de características fascistas.

Com base nestes argumentos todos eles com a sua percentagem de razão concluem que é muito arriscado para o nosso Partido centrar a sua tática neste campo na defesa de uma conquista política ameaçada de todos os lados (faz lembrar o famoso "não travamos batalhas perdidas" dos revisas) e deste modo têm tendência para centrar a nossa luta nas reivindicações de carácter económico dos assalariados rurais visto que "os trabalhadores não vivem de conquistas políticas".

Tais argumentos parecem-me profundamente errados, e na base deles há uma enorme falta de confiança na alternativa concreta que o nosso Partido apresenta, há uma atitude derrotista face aos nossos inimigos, e há uma grande subestimação do que representam o passado e o presente das lutas dos assalariados rurais alentejanos e ribatejanos. Uma das consequências desta argumentação é a de se entregar a defesa política das conquistas alcançadas nas mãos dos revisionistas, já que nós pouco ou nada teríamos a ver com elas, já que nós não acreditamos nelas.

Camaradas, concretizar a tática do Partido nestas regiões passa por arrancar aos revisionistas as bandeiras de luta que eles são incapazes de segurar, e que só o nosso Partido tem capacidade, e apresentar alternativas capazes de as levar por diante, até à vitória definitiva. Nunca o esqueçamos e muito menos nestas regiões, onde muitas vezes a nossa pouca experiência e falta de firmeza nos pode levar a uma actuação radicalista e incosequente face aos nossos inimigos.

Em frente na luta pela defesa intransigente da Reforma Agrária!

Em frente por novas conquistas!

Viva o PCP(R)!

Ze

Acerca da estratégia e da tática ou para melhor compreensão do que é o PCP revisionista

Há já tempos que o partido revisionista vem canalizando para a Assembleia da República todas as lutas que controla. Pretendem esses anticomunistas mostrar às massas trabalhadoras que o que é preciso é calma e apresentar os seus problemas no Parlamento para que os doutores que por lá andam decidam o que fazer.

Para o PCP revisionista a Assembleia da República é a forma superior de luta dos explorados!

Até hoje os trabalhadores, com essa "forma de luta", nada conseguiram de bem: as leis anti-operárias e reacções foram lá aprovadas, como aconteceu recentemente com a lei dos Despedimentos que permite aos patrões despedir a seu bel-prazer; há dias os trabalhadores da Função Pública viram bem que ou alcançam as suas justas reivindicações através de uma luta nos locais de trabalho e nas ruas ou, se esperam pela Assembleia, ainda morrerem de velhos antes de ver os senhores doutores deputados e o governo aceitar o aumento de 2000\$00. Os traidores da direcção do sindicato desses trabalhadores levaram a luta para o Parlamento e para o diálogo com os governantes servidores do imperialismo americano e europeu e o resultado foi a derrota.

• Pelo contrário aqueles que

não querem morrer já velhos sem ver os seus problemas resolvidos, como os pescadores, põem de lado o Parlamento e os governantes reacçãoários, não se deixam cair nos "diálogos-armadilhas" dos revisionistas, vão à luta e vencem.

Se o revisionismo moderno tem características novas, tem também muitas das que LENINE desmascarou e destruiu há mais de 50 anos.

Para melhor compreendermos o carácter traidor e anti-marxista dos actuais revisionistas que dirigem o chamado PCP, vejamos o que nos diz STALINE — As questões do Leninismo — 1924:

A ESTRATÉGIA E A TÁCTICA

A estratégia e a tática, ciência da direcção da luta de classes do proletariado. O período do domínio da II Internacional foi, principalmente, um período de formação e instrução dos exércitos proletários nas condições de um desenvolvimento mais ou menos pacífico, período onde o parlamentarismo era a forma dominante da luta de classes. Os problemas levantados pelos grandes conflitos de classes, a preparação do proletariado para as batalhas revolucionárias, os meios de conquistar a ditadura do proletariado não figuravam então, pelo me-

nos assim parecia, na ordem do dia. A tarefa resumia-se a utilizar todas as vias de desenvolvimento legal para a formação e a instrução dos exércitos proletários, utilizar o parlamentarismo tendo em conta as condições em que o proletariado estava e deveria, assim parecia, ficar votado a uma atitude de oposição.

...O "pecado mortal" da II Internacional não é ter utilizado nessa época a tática das reformas parlamentares de luta, mas de ter sobrestimado a importância dessas formas de luta, as quais ela considerava como as únicas possíveis pouco mais ou menos; e quando chegou a época dos combates revolucionários directos, em que o problema das formas de luta extraparlamentar se pôs em primeiro plano, os partidos da II Internacional desviaram-se das novas tarefas e recusaram-nas.

Só na época seguinte, época de acções abertas do proletariado, período da revolução proletária, onde o problema do derubamento da burguesia se transformou num problema prático imediato, onde o problema das reservas do proletariado (estratégia) se transformou num dos problemas vitais; onde todas as formas de luta e de organização — parlamentar (táctica) — se manifestaram com inteira nitidez, só nesta época puderam ser elaboradas uma estratégia coerente e uma

táctica aprofundada da luta do proletariado. Precisamente neste período Lenine trouxe ao de cima as ideias geniais de Marx e Engels sobre a tática e estratégia, ideias que os oportunistas da II Internacional tinham arquivado...

Mais à frente Staline diz que "os partidos da II Internacional constituem o principal ponto de apoio da política de 'entendimento' com o imperialismo".

Como se vê o PCP revisionista, anti-marxista-leninista, não vai aprender nas ideias geniais de Marx e Engels. Pelo contrário, renega-os, renega Lenine e Staline, e vai aprender a lição aos arquivos dos partidos seus parceiros oportunistas e ferozmente anticomunistas da II Internacional.

Os revisionistas do chamado PCP encontram-se enterrados no pântano do oportunismo. Aos comunistas e ao seu Partido — o PCP(R) — cabe dar-lhes mais uns fortes e vigorosos empurrões para que eles não mais tenham possibilidades de dar a entender que conseguiram sair do lamaçal. As lutas que os comunistas têm dirigido e levado à vitória, o II Congresso do PCP(R) — o Partido dos comunistas portugueses — são partes importantes da intransponível muralha a esses e a todos os inimigos do povo do nosso país.

2.

Autocrítica

A "nota" final do meu artigo "Tudo pelo Partido, tudo contra o grupismo", publicado na TC nº7 em resposta a um artigo do camarada Al., depois de criticar a linguagem usada por este camarada, acusa-a de se assemelhar "à de um jornalista burguês que tivesse vindo para a política mais pelos azares da vida do que por convicções revolucionárias".

Tendo a Comissão de Redacção da TC criticado a incorrecção desta frase por mim escrita, venho reconhecer o facto e autocriticar-me do erro. A incorrecção é tanto mais grave da minha parte, quanto é verdade que pretendia, com essa "nota", criticar a incorrecção de linguagem do camarada Al. no seu artigo. Cometi, pois, nessa frase do meu artigo, erro tão criticável como o que pretendia criticar!

Afirmacões daquela espécie não devem manchar a correcção do valioso debate que se trava no Partido. Autocritico-me pelo facto de, com aquela afirmação, me ter desviado das regras que devem guiar o debate entre comunistas.

Suações comunistas
Bj.

"A DITADURA DEMOCRÁTICO-POPULAR NÃO É O ABANDONO DA DITADURA DO PROLETARIADO"

Em todo o projecto do Comité Central é afirmado que a nossa revolução, dadas as condições concretas de Portugal, será feita pela classe operária em aliança com o campesinato pobre que chamará a si a pequena-burguesia e sectores da média-burguesia. A ditadura que existirá através do estado será a ditadura conjunta destas classes onde o proletariado tem a direcção política. Isto é uma análise realista, objectiva, uma análise própria de um Partido Marxista-Leninista como é o nosso. Contudo a nossa célula viu a necessidade de elaboração deste artigo para o "TC" evitando as-

sim que alguém dogmaticamente afirme que nós estamos abandonando o princípio da ditadura do proletariado. Tal princípio não é abandonado mas sim afirmado, pois os comunistas aplicam a teoria marxista-leninista às condições concretas do seu País e é isto que nós fazemos, é isto que é feito pelo nosso Comité Central. No decorrer da crise revolucionária a nossa classe operária tem a necessidade de se aliar à pequena-burguesia e sectores da média-burguesia puxando-os para o seu lado para essas classes não se colocarem do lado da reacção. A ditadura deste conjunto de classes é uma necessidade da classe operária para ela poder mais tarde ter o papel hegemónico no Estado. E sendo a classe operária a dirigir todo este processo ela está indirectamente a exercer ditadura sobre as outras classes. Se assim não fosse, se não existisse ditadura da parte do proletariado nunca chegaríamos à revolução socialista.

Esta é uma questão muito importante por ser uma questão de princípio.

Célula Maria Machado

Célula Maria Machado

INSURREIÇÃO ARMADA ÚNICA VIA PARA A CONQUISTA DO PODER

A nossa célula considera que o projecto de Estatutos do nosso Partido está bastante melhorado com a nossa prática durante um ano, contudo existe uma falta do Comité Central.

No projecto de Resolução Política o nosso CC aponta-nos a via da Insurreição Armada, da revolução violenta para a con-

quista do poder. Isto foi uma das coisas que os revisionistas suprimiram do seu programa substituindo pela "via pacífica para o socialismo" e não foi por acaso.

Esse partido traidor e os revisionistas em geral negam os assuntos mais importantes do Marxismo-Leninismo, negam a sua essência e as questões de

princípio. Ora, a revolução para ser uma revolução democrática-popular terá de ser feita na sua fase mais aguda da luta de classes, pelas armas. Isto é uma questão de princípio que deve de ocupar lugar na nossa declaração de princípios não sendo suficiente vir na resolução política.

Algumas questões sobre o Capítulo III

«A revolução democrática popular»

Introdução:

O texto que se segue é produto de uma discussão num colectivo do nosso Partido. No decorrer dessa discussão, o tom geral das intervenções foi de acordo com o texto, no geral, não deixando no entanto de serem apontados erros, lacunas, insuficiências, um certo retrocesso de análises anteriores. Assim, o que se segue deve ser visto como notas de uma discussão, como questões, perguntas e algumas (poucas) respostas ou aprofundamentos, produto do nosso conhecimento ou experiência. Falam-se de três questões e duas notas finais com propostas de um novo parágrafo e outra de alterações à redacção do texto.

1. Retrocesso na análise que é feita da burguesia (grande e média)

Comparando as diversas vezes em que se analisa a burguesia portuguesa sobretudo no capítulo I (Aspectos típicos do Capitalismo) e comparando com outros documentos onde essa análise é feita (sobretudo nos documentos do II Congresso UDP), concluímos que há um certo retrocesso nessa análise o que leva o documento-projecto de resolução a ser insuficiente e nem sempre claro. Apontamos as seguintes questões:

a) Ora se apresenta a burguesia em bloco, e falando-se dos seus partidos juntando o CDS, o PPD e o PS, ora distinguindo o PS e separando-o e mostrando-o como representante de camadas intermédias da burguesia.

b) juntando em bloco o PPD e o CDS, mostrando-os como sendo ambos representantes da grande burguesia (monopolista ou não).

Esta análise parece-nos incorrecta, parecendo-nos mais correcta a que é feita nos documentos do II Congresso UDP, onde se distingue o PPD do CDS e ambos do PS. De facto, o PPD e o CDS são representantes de camadas diferentes da grande burguesia pois caso contrário não existiam em separado. E além disto, (e por isto têm contradições entre si) têm táticas diferentes para atingirem os seus fins (podendo estes não terem grandes diferenças). Hoje, por exemplo, é fácil de ver que as suas táticas são diferentes pelo que se tem passado na Assembleia da República. Por outro lado, as suas ligações internacionais são diferentes, vindas no entanto do mesmo pai, o imperialismo.

Se em relação ao PPD e ao CDS, como o seu conteúdo de classe é o mesmo, isto já não se aplica, ao PS, e parece-nos errado não os distinguir uns dos outros. A tática do PS, a sua base social: largos sectores da pequena e média burguesia, as suas ligações imperialistas (via RFA) são bastante diferentes da do PPD/CDS apresentando bastantes contradições.

Não pretendemos que se es-

tude até ao mais pequeno por menor mas na análise da burguesia é importante que se veja as suas contradições entre si para as podermos utilizar a nosso favor. Quanto mais conhecermos o inimigo tanto mais armados ficaremos para lhes dar golpes mortais. Aproveitando revolucionariamente as contradições entre a burguesia fortificaremos o nosso campo. E isto é necessário aprofundarmos o nosso conhecimento nesse campo.

Como aproveitarmos as contradições entre o PS, de um lado, e o PPD/CDS do outro, para fortalecermos o nosso campo, chamando mais socialistas para o nosso lado?

Como aproveitarmos as contradições entre o PPD e o CDS para os dividir ainda mais?

São questões como estas que temos que responder.

c) Aponta-se no documento que "a burguesia portuguesa tende a enriquecer-se em regimes militares e fascistas..." No documento do II Congresso da UDP era apontada esta questão mas de uma maneira mais desenvolvida o que se tornava mais claro. Nesse documento distinguíam-se dois caminhos que os fascistas poderiam usar: um, chamado golpe a quente, tipo chileno, e um outro golpe a frio, por uma penetração nos aparelhos de estado (político, económico, militar). De certa maneira isto é importante para a compreensão das táticas burguesas que divergem quanto a esta questão. Se ambos conduzem ao mesmo fim, o caminho até lá é diferente: um é um corte rápido, massivo, outro é o golpe sucessivo que demora um certo tempo antes de retirar a máscara e atacar pela violência indiscriminada. Se os caminhos são diferentes, exigem combate diferente e portanto tática diferente.

2. Insuficiências na análise das forças revolucionárias e a necessidade de se completar.

2.1 Não está muito clara a razão porque se divide os trabalhadores semi-proletários da cidade da pequena-burguesia e porque se incluem na primeira força trabalhadores como os vendedores, os empregados de escritório (e também os funcionários públicos, os bancários). Parece-nos que por trabalhadores semi-proletários deviam-se incluir os empregados dos STCP (incluindo motoristas, cobradores), funcionalismo público inferior (lixeiros, empregados do gás, electricidade), o funcionalismo inferior ligado aos bancos, seguros (cobradores, limpezas, etc), as empregadas domésticas, etc. E distinguir estes daqueles que já incluímos como pequena-burguesia: empregados bancários, empregados escritório, serviços e seguros, empregados de comércio, etc., juntando-os às outras camadas da pequena-burguesia, técnicos (camadas inferiores dos médicos e engenheiros, etc), intelectuali-

dade, estudantes, pequenos comerciantes e industriais (até um número fixo de empregados ao seu serviço). A justificação assenta numa análise (um pouco superficial) das suas condições económicas semelhantes, da sua vivência social, das suas posições semelhantes no campo político: Por outro lado, tornava-se importante definir mais ou menos rigorosamente cada uma das classes de maneira mais clara.

2.2 Análise superficial e às vezes errada, por triunfalista, da pequena-burguesia que é feita no I Capítulo (do papel da pequena-burguesia desde o 25 de Abril até hoje) porque se olha apenas ao sector mais politizado, mais avançado da pequena-burguesia, esquecendo-se o resto, a maioria da pequena-burguesia.

Isto parece-nos uma questão muito importante: mesmo uma questão daquelas que é urgente analisar por duas razões: pelo peso numérico da pequena-burguesia (como a entendemos - 25% da população) e pelas posições que tem vindo a tomar sobretudo depois do 25 de Novembro.

O papel da pequena-burguesia antes do 28 de Maio de 1926 (e mesmo depois); O papel da pequena-burguesia nas vésperas do golpe chileno, são exemplos do "encosto" que ela faz ao fascismo (não activamente, claro) que nos merecem levar a uma análise mais aprofundada do seu papel em Portugal, agora. Quando se tira lições dos 3 anos, diz-se que a pequena-burguesia saiu à rua juntando-se ao povo. Isto está correcto mas também temos que ver o que se passou depois do 25 de Novembro, sobretudo com certos exemplos.

Uma parte está a servir de mão beijada o imperialismo como é o caso da Carta Aberta, impulsionada por Sindicatos de Serviços, da pequena-burguesia, e onde ela tem alinhado com as direcções reacçãoárias (ver os resultados dos referendos). Outro exemplo é o caso do sector estudantil onde conseguem mobilizar razoáveis números de estudantes por ideias reacçãoárias impulsionando a derrota das direcções revolucionárias.

Estes exemplos devem-nos puxar a fazer uma tentativa de caracterizá-la, nomeadamente tendo em conta as posições que toma nas situações de crise económica e as posições a que é levada pela sua instabilidade, enquanto classe.

Parece-nos que nas situações de crise em que a sua economia é ameaçada (como a situação actual), esta situação leva-a a aderir a ideias de "calma e paz". A sua instabilidade leva-a a pedir "calma" e a procurar uma "mão firme" (um governo "forte"), leva-a para a submissão, pela apatia, à instauração de uma ditadura, não porque a queira, mas em que sente mais confiança do que num poder democrático popular que desconhece e quando não vê u-

ma direcção suficientemente firme da classe operária. Estas características tornam-na facilmente manejável por ideias reacçãoárias fascistas, levando-a para posições de conciliação e apatia política, servindo pela negativa os fascistas.

3. As contradições no seio das forças revolucionárias.

No projecto de resolução nada é dito sobre as contradições deste tipo. Elas existem e parecem-nos que têm uma certa importância, sobretudo para uma correcta política de frente única, para a edificação da frente única e de uma tática correcta.

O que foi dito sobre a caracterização da pequena-burguesia e os exemplos que foram dados (caso do movimento sindical e do movimento estudantil) mostram também a sua necessidade.

Hoje podemos dizer que sectores consideráveis da pequena-burguesia estão debaixo do guarda-chuva dos reacçãoários. A grande e média burguesia, caluniando e deturpando as lutas da classe operária, põe a pequena-burguesia contra a classe operária. E não é só o caso de certas lutas impopulares (caso dos padeiros) mas de muitas outras lutas. Isto pressente quem anda na rua, quem ouve conversas nos cafés, nos diversos locais de concentração que a cada luta isto acontece sobretudo lutas de carácter económico. Se a imprensa diária na sua maioria dá uma boa ajuda (não só os jornais estatizados como os fascistas ou claramente reacçãoários), por outro lado, são as próprias condições da crise e o seu reflexo na pequena-burguesia (pela sua falta de experiência de luta e experiência política) levam-na a aderir a estas posições (também se junta a sua própria situação económica e as poucas perspectivas de luta que têm tido: caso dos pequenos funcionários, dos reformados, etc., cuja situação se mantém há muito tempo na miséria).

Esta situação é perigosa e o exemplo que se tem passado no movimento sindical e no movimento estudantil sobretudo no tocante à tática específica do Partido para estes sectores convém ser bem analisada.

4. Propostas.

4.1 Feitura de um novo parágrafo no capítulo "Falsas soluções burguesas e pequeno-burguesas..." em que se justifique mais claramente porque é que a defesa da revolução socialista conduz o povo a um beco sem saída. Além de haver ideias mais do que firmes e profundas, e material escrito, o que vem no projecto não atinge em particular os MES que têm justificações (oportunistas) mais habilidosas na defesa da dita Revolução Socialista. Parece-nos correcto distinguir estes dos PRPs e outros e mostrar mais claramente aos "MESs" as

Continua na pág. 9

As relações Partido/Frente

Enviamos com pedido de publicação, um contributo que é da responsabilidade de todo o organismo, e que foi discutido e aprovado após discussão do ponto II do Projecto de Resolução Política do CC para o II Congresso do PCP(R).

Pensamos ser uma questão de interesse para todo o Partido, por ser sentida por muitos camaradas fora do Partido.

Saudações Comunistas

No Ponto II — Lições do Processo Revolucionário, página 27, ao serem enunciados os princípios que devem orientar o Partido na aplicação e aprofundamento da tática política, foi do consenso do nosso organismo, quando da discussão o seguinte:

— a experiência tem-nos demonstrado, ao longo destes dois anos de luta e de vida do Partido, que muitas vezes são tomadas resoluções políticas que afectam, por exemplo, a linha da UDP, sem que os camaradas da UDP tenham discutido e acompanhado as questões. Para sermos mais claros tomemos alguns exemplos:

— A UDP tem muitos camaradas que apesar de não serem anti-partido, mas antes simpatizantes do comunismo, acabam muitas vezes por deixar de o ser, devido a sentirem que o Partido não respeita a democracia interna da UDP, não leva a discussão para o seio dos activistas e transforma assim a UDP numa organização política morta, sem vida própria. Isto leva à desconfiança e desmobilização de muitos camaradas honestos que militam e trabalham no dia a dia na luta de massas e querem servir o Povo.

As relações Partido-Frente não têm sido correctas, no nosso ponto de vista, e corre-se o risco de o continuarem a ser, que a Frente seja a UDP ou os GDUP.

Não está em causa quanto a nós, o papel dirigente do Partido na Frente, mas antes o modo como se leva à prática essa direcção e se trabalha no seu seio.

Para já não irmos muito atrás, basta lembrarmo-nos do que se passou no II Congresso da UDP, em que a camarada Monteiro deixou ficar bem cla-

ro na sua intervenção que o Partido ver a UDP como organização própria e uma linha política própria e que o Partido respeitaria tudo isso.

Neste momento a maioria dos camaradas que são da UDP não querem continuar nos GDUP. Reclamam a todo o momento o reforço da UDP, pedem explicações sobre a Distrital e a Nacional.

Face a isto o Partido cometerá um grave erro, se tomar qualquer posição acerca da UDP sem que haja um amplo processo de discussão nos núcleos a esse respeito.

Termos na nossa zona camaradas dispostos a trabalhar, ou camaradas desmobilizados e sem confiança na organização, tudo depende do modo como a questão for encarada e decidida pelo CC:

— ou se ouvem os camaradas e se discute com eles

— ou se toma posições que independentemente de serem correctas não levam à participação e mobilização dos camaradas que por estarem cansados de serem "joguetes", meros

executantes de tarefas, acabam por abandonar a luta política, ou as nossas fileiras.

Camaradas, Mao Tsétung defendia que o Partido deve saber ouvir as massas para definir a sua tática, para de novo levar às massas e aí comprovar na prática a sua justeza.

Quando no nosso organismo lemos o ponto II, nesta última parte concluímos que a 15ª lição está bastante incompleta. Falta-lhe precisamente uma demarcação na questão de saber ouvir as massas, de as levar à participação e discussão de modo a que todo o Partido actue como o peixe dentro de água.

Não podemos combater seriamente o revisionismo, se nós revolucionários, não lutarmos e não agirmos, até nesta questão, de modo contrário ao deles. Os revisionistas são caciques, põem e dispõem, não há para eles no seio do seu partido nada de democracia, e nós temos de estar vigilantes e não permitir que caiamos nos mesmos erros, primeiro passo para a degenerescência do Partido.

Kx.

Sobre a UDP e o MUP

1. Desde o Verão de 76 para cá, vem-se notando o esvair-se da UDP, lentamente sem controle, provocada principalmente pela falta de perspectivas e de direcção. Isto tem levado à perda de prestígio e simpatia entre as massas e à desmobilização de muitos camaradas.

Por outro lado, no MUP a situação é igualmente má. O trabalho não foi reforçado antes pelo contrário, nota-se de grande parte dos camaradas um desprezo total pelo MUP desde a falta às reuniões dos órgãos dirigentes até à paralização quase geral dos GDUP. Podemos assim concluir que o não funcionamento da UDP não foi motivado pelo trabalho a realizar no MUP e que as causas desta situação se devem procurar dentro do Partido.

Esta situação além da desmobilização, está a levar ao desespero muitos camaradas que, cegos aos avanços realizados desde Abril de 76, levantam a bandeira do II Congresso da UDP lutando pelo regresso a essa situação. Esta luta tem levado inclusivamente ao ataque aberto ao MUP.

2. Parece-nos que a posição do Partido é clara em relação ao MUP: a Resolução Política diz: (pág. 42) "O nosso Partido desenvolverá todo o seu esforço militante no seio do Movimento de Unidade Popular para que ele se alargue e fortaleça em bases unitárias e revolucionárias, para que seja o suporte organizativo da grande frente popular de massas por que lutamos".

Em relação a esta situação e face à posição expressa na Re-

solução Política, consideramos que:

Primeiro, esta situação de in-definição é insustentável, ela tem levado ao renascer do velho espírito de grupo dentro das fileiras da UDP e tem feito com que o Partido perca as possibilidades de dirigir ou influenciar sectores importantes que a nível do trabalho de frente (principalmente com as eleições presidenciais) se tinham aproximado das nossas posições. Nesses casos era somente com o nosso trabalho a nível das estruturas de direcção da frente que os influenciávamos. Estando estas paralisadas, esses núcleos e GDUP, na sua quase totalidade desaparecem, regressando grande parte dos camaradas às fileiras do P"CC".

Segundo, é um desvio grave de direita, contrário à linha do Partido, o abandono dos GDUP para voltar à organização de núcleos UDP como "embrião da ampla frente" porque, apesar de todos os erros cometidos no trabalho do MUP e analisados já pelo Partido, existem todas as condições para que os GDUP unam e organizem sectores muito mais amplos que a UDP sem que isso signifique uma diluição da direcção do Partido. Ahamos que é uma posição de receio face ao avanço da luta do povo, uma posição que não tem em conta todo um ano de valiosas experiências quer a nível externo quer a nível interno ao Partido, uma posição de desmobilização das nossas responsabilidades, o abandono dos GDUP e consequentemente das massas organizadas ou a organizar nessas estruturas.

3. Consideramos que a partir de agora, temos de trabalhar no sentido de dissolver a UDP, organizadamente, integrando-a como organização no MUP e passando o máximo da sua influência para o Partido. Para isso, adiantamos algumas medidas a tomar desde já:

a) Organizar em círculos BV, UJCR, UMAP, o máximo de militantes da UDP que na nossa região são na sua grande maioria simpatizantes do Partido (não organizados).

b) Com base nesses círculos garantir uma boa difusão do BV e da Propaganda do Partido, programar e reforçar a nossa intervenção própria face a todos os problemas que afectam a classe e o povo e lançar com força a actividade dos GDUP. O debate necessário para a dissolução da UDP seria feito com base nesta experiência do trabalho de massas.

c) Planificar e controlar o trabalho de intervenção da UDP (ex: venda da VP) de modo a ter dados o mais objectivos possíveis sobre os sectores por esta influenciados. Organizar para esses elementos reuniões especiais como por ex: reuniões regulares para discussão do BV.

d) Utilizar nesta fase a organização da UDP essencialmente como instrumento do Partido na preparação da intervenção no MUP e na luta de massas. Estas reuniões poderiam a curto prazo, substituir-se por reuniões de simpatizantes do Partido convocadas para o mesmo efeito.

e) Reforçar o trabalho do Partido no MUP aprendendo com os erros cometidos na

UDP e não os repetindo. Ter em especial atenção o respeito pela democracia interna do MUP e a importância do comportamento dos comunistas em toda a actividade no MUP. Começando nas estruturas de direcção e acabando nos GDUP é necessário que o trabalho seja radicalmente mudado, desde a obrigatoriedade de estar presente nas reuniões, de participar de forma activa e responsável (é habitual ver camaradas que se limitam a levantar o braço nas votações), até à organização e preparação de todo o trabalho do MUP. É nesta intervenção preparada e cuidada dos comunistas no MUP que vemos a certeza de ultrapassar os aspectos negativos do MUP e não na continuação da UDP mesmo que com um programa de transição.

É preciso que todos os organismos e militantes assimilem o que vem expresso na Resolução Política: (pág. 43) "O trabalho dos comunistas na frente popular e entre as massas deve ser sempre exemplar e abnegado, com a apresentação de propostas justas para a orientação da actividade da frente popular, com o máximo de empenho no seu fortalecimento e alargamento".

f) Estudar a possibilidade de continuação da VP como jornal que apoia o MUP depois da dissolução da UDP e que daria um apoio crítico ao MUP defendendo as perspectivas do nosso Partido. Para isso era necessário desde já o reforço da redacção, administração e venda da VP (a nível distrital)

Continua na pág. 9

Façamos trabalho persistente no campo sindical

Ao serem estudados, discutidos e aprovados na generalidade os projectos de resolução política e estatutos para o II Congresso do nosso Partido, a célula 1^o de Maio verifica que é insuficiente a atenção dada pelo CC ao trabalho sindical já que em todo o projecto muito poucas directivas nos dá, para que se arranque com o aprofundamento e avanço no campo do trabalho sindical com vista à conquista de novas direcções sindicais para o nosso campo esmagando assim a influência revisa que a nível das direcções sindicais é bastante grande.

É sabido que sem sindicatos ao seu serviço, o Partido não pode fazer a revolução e o Partido não pretende nem tão pouco está interessado em perder tempo mas sim em caminhar com passos firmes no sentido de atingir o seu objectivo, fazer a revolução com o fim de conseguir Paz, Pão, Liberdade e Independência Nacional e assim contribuir para a libertação dos Povos de todo o mundo.

É do conhecimento de todo o Partido e principalmente de todos os camaradas ligados ao movimento sindical que tem sido insuficiente o apoio dado pelo CC aos camaradas dirigentes e delegados sindicais militantes ou simplesmente simpáticos do Partido, penso que não podemos entender tal insuficiência, como falta de vontade

de dos nossos queridos camaradas do CC mas sim por diversas razões que passo a apresentar algumas das que julgo mais importantes.

1. Porque o Partido tem pouco mais de um ano e acusa assim deficiências que temos de combater o mais rapidamente possível.

2. Porque foi transportada uma corrente de burguesia, liberalismo e outros vícios em tudo contrários ao marxismo-leninismo para dentro do Partido, o que em parte tem impedido o combate sem tréguas a todas essas ervas daninhas que apesar do processo de revolucionarização e proletarização do Partido ainda se escondem em alguns sectores a tentar a sua sobrevivência.

3. Porque existiu uma comissão sindical que nunca funcionou bem, sem que o CC exigisse um balanço do trabalho da comissão, pelas bases do Partido não tinham conhecimento porque é que ela não funcionava, e o trabalho sem um plano e depois um balanço não pode avançar.

4. Penso ainda que o CC não viu como sector importante uma das primeiras tarefas a cumprir é conquistar o campo sindical com o objectivo de se implantar, e ser reconhecido pela classe operária como seu dirigente e seu guia, através do trabalho persistente na base, feito nas direcções sindicais

revolucionárias apoiadas e dirigidas pelo seu Partido de vanguarda.

Como exemplo temos o trabalho que faltou fazer na preparação para o Congresso de todos os Sindicatos já que nos dias em que ele decorreu sim senhor não faltou o apoio aos camaradas que lá estavam como delegados, mas teria sido muito mais fértil e positivo se tem sido feito um trabalho aturado com vista a evitar aquilo que aconteceu que foi mais que um sindicato afectos ao Partido apresentar propostas de alternativa quando todos os esforços se deviam juntar em torno de uma alternativa conjunta, revolucionária com vista a combater a pouca mas bem organizada força dos revisionistas, sem lhes deixar espaço livre para praticarem as manobras porcas que praticaram e termos a possibilidade de serem eles próprios a desmascararem-se.

Tendo em conta estes e outros factores e atendendo ao cunho que a própria imprensa burguesa lhe deu penso que temos agora um terreno fértil para fazermos florescer para todo o sempre a nossa linha sindical revolucionária aproveitando a Tribuna do Congresso para um debate franco e profundo em torno de todo o movimento sindical, para que no II Congresso do nosso Partido possamos a indicar ao CC o caminho

concreto e revolucionário para o trabalho sindical que me parece uma tática correcta para aprofundar cada vez mais a desagregação dos revisionistas já que é o campo onde eles ainda têm muito poder de manobra.

Camaradas a nossa linha revolucionária foi claramente reconhecida no Congresso de todos os Sindicatos agora só nos resta prová-la na prática e os sindicatos que o mostraram já não são tão poucos que não mereçam uma atenção cerrada por parte do Partido apesar de nem todos estarem afectos ao Partido, agora é preciso trabalhar e aturadamente com vista a conquistá-los para o nosso campo.

Viva o II Congresso do PCP(R)

Em frente com a revolucionarização do movimento sindical

Proponho como temas:
Como se deve organizar o Partido no campo sindical?

Como devem actuar os sindicalistas na clandestinidade rigorosa face ao Partido?

Trabalharem em células próprias de sindicalistas ou nas suas células de empresa em paralelo com as fracções sindicais?

Saudações Comunistas
Ju

Actividade Sindical

1. Sindicato dos Assalariados Agrícolas do Distrito de Santarém é a única estrutura de massas cujo campo de trabalho são todos os assalariados do nosso distrito.

Independentemente do número real de inscritos ser provavelmente inferior aos 22 500 que a direcção do sindicato afirma ter, e de muitos dos inscritos há muito não pagarem a quota, a verdade é que o sindicato é em muitos locais a única estrutura a que muitos assalariados se encontram ligados.

Os dados de que dispomos permitem-nos crer que tem bastante amplitude o movimento de des-sindicalização. Há conhecimento de casos em que as delegações sindicais estão praticamente desfeitas, a vida sindical é inexistente e por vezes nem as quotas são cobradas. Para este estado de coisas contribui por um lado a atrofia da vida sindical pelos revisas e por outro a incapacidade de direcção para dar resposta aos problemas sentidos pelas massas. Neste capítulo deve dizer-se que o desemprego é um dos que mais aperta os trabalhadores; inicialmente a colocação dos desempregados nas herdades chegou a ser festa. Hoje isso já não acontece na maior parte dos sítios.

Isto não desmente no entanto a importância do Sindicato. Para além da organização ainda existente e do prestígio que aqui e ali ainda tem, a análise da situação política e da Reforma Agrária parece indicar que o papel do Sindicato longe de se reduzir mantém a sua importância.

Por estas razões deve o Partido virar uma boa parte dos seus esforços para o trabalho sindical. A experiência do trabalho efectuado no campo pelos revolucionários permite-nos tentar para já extrair algumas conclusões. Permite-nos para já propor também algumas medidas.

2. O trabalho no campo é possível se assentar nos problemas realmente sentidos pelas massas

Assim nos mostram as ocupações em que participamos. Na Carregueira, por exemplo, a participação comum numa ocupação permitiu criar boas relações com os delegados sindicais, simpatizantes dos revisas. Nos Riachos ajudámos a formar uma delegação sindical que apoiámos durante algum tempo. Na altura da formação foi necessário defrontar a oposição de MDPs.

Uma outra experiência, com a qual nenhum dos grupos teve

a ver, foi a organização dos assalariados de Alvega. Houve uma tentativa de realização dum Encontro de Assalariados, que devia ser estudada.

Estas (poucas) experiências, se mostram a possibilidade de intervir na luta, mostram também as insuficiências da forma como foi feita.

3. Nunca nenhum dos grupos conseguiu frutos organizativos da intervenção sindical. O trabalho perdeu-se, não passando de episódios sem nexo da actividade dos grupos.

Para que o trabalho a desenvolver não venha a seguir o mesmo caminho, devemos:

1) Intervir pontualmente na medida das nossas forças.

2) Popularizar as experiências de luta numa zona, levando-as ao conhecimento dos assalariados das outras zonas (como está, aliás, previsto na Resolução Política).

3) Logo que possível avançar para reuniões de assalariados para troca de experiências.

4) Apoiar todas as estruturas de âmbito diverso, ligando-as ao trabalho sindical.

5) Não pôr de parte a hipótese de fazer sair um boletim, ainda que sob a forma de folha volante não periódica (importante)

Este trabalho pressupõe:

1) Um levantamento sindical completo. Deve incluir a actividade da direcção e a situação organizativa. Devemos também levantar todas as nossas "pontas" no campo, ainda que muito fracas.

2) e mais importante: a criação tão rápida quanto possível duma base do Partido dentro dos assalariados. Sem essa base ficaremos sempre limitados às "bocas" de fora, arriscando-nos permanentemente a que o trabalho actual siga o destino do trabalho dos grupos.

Uma vez feito o levantamento das "pontas" devemos estudar a hipótese de, com um acompanhamento mais intenso, podermos fazer evoluir rapidamente alguns camaradas mais avançados.

Algumas questões a resolver:
a) Articular a acção com as outras regiões que o Sindicato cobre.

b) Falta apontar os objectivos políticos da actividade sindical

c) Para começar o trabalho sindical, é preciso estarmos ligados às UCPs com "pontas" lá dentro.

d) Não deixar isolar as zonas mais avançadas em relação ao resto do distrito.

A Frente única do povo, a UDP e o MUP

1. Do nosso II Congresso tem que sair, além do mais, uma tática clara, firme, eficiente e pormenorizada sobre a Frente Única do Povo, a UDP e o MUP. As circunstâncias políticas actuais não permitem mais compassos de espera nem mais indefinições e dúvidas. O nosso II Congresso é, talvez, o último momento válido para a criação dessa tática em falta. O último momento antes do apodrecimento da situação do MUP, que aqui e ali já é perceptível.

2. A proposta de resolução do CC é omissa quanto a esta questão, limitando-se apenas a reafirmar os princípios gerais que não ofereceram até hoje qualquer contestação relevante e que têm vindo a ser defendidos há algum tempo na imprensa e documentos do nosso Partido.

3. Perante esta omissão tem sido muito generalizado um certo tipo de reacção: o CC apresentará com certeza uma proposta de resolução especificamente virada para a questão "Frente Única, UDP, MUP", ainda a tempo de ser discutida nas células, no TC e no próprio Congresso. Não possui, porém, informação confirmativa do fundamento deste tipo de reacção, mas mantém a esperança de que esta questão não deixará de ser abordada e resolvida no nosso Congresso para bem do movimento popular e dos seus objectivos.

4. O último número do TC (n. 6) é já de si a demonstração de dois aspectos essenciais da questão: a) os comunistas sentem a sua importância e querem-na ver resolvida com urgência; b) os comunistas apresentam opiniões divergentes quanto a ela.

5. O organismo a que pertenceo deu já a sua opinião sobre esta matéria através da acta da respectiva Assembleia. É dever, todavia, de todos os membros do Partido contribuir mesmo individualmente na continuação da preparação do nosso Congresso. Por isso aqui apresento a minha opinião sobre a questão "Frente Única, UDP, MUP".

II

1. A Frente Única do Povo precisa de uma coluna vertebral própria que lhe forneça a organização indispensável para a defesa das suas características definidoras e estruturais e para maior eficiência da sua actividade.

2. Esta organização não se confunde com a organização do nosso Partido nem com qualquer organização do tipo leninista. Esta organização é aberta e fluida como aberto e diversificado é o campo popular de luta. É uma organização do tipo frentista, do tipo de frente popular de massas. Dimitrov explica-o bem.

3. O núcleo central dessa organização, neste momento, pode e deve ser o MUP, dado que este mantém apesar de tudo mais possibilidades de influência nas massas populares e sobretudo mais capacidade de alargamento imediato do campo revolucionário no seio do povo pobre.

4. Mas esta opção se ainda é certa hoje, ou seja neste momento, ela pode ser errada daqui a alguns meses dado o processo de adulteração da imagem do MUP aos olhos do povo pobre. Dia a dia, a sabotagem dos agentes revisionistas e dos radicais pequeno-burgueses infiltrados no MUP vai derrubando pedra a pedra o edifício construído em torno da luta contra o fascismo, a recuperação capitalista e o imperialismo, gozando para tal da paragem da actividade no seio do MUP dos revolucionários da UDP e dos comunistas do nosso Partido (em quase todos os distritos do país).

5. O MUP está, porém, inquinado. A sua direcção nacional é ainda parlamentar e contém concentradamente todos os elementos representativos das forças antipartido e antipopulares ainda infiltrados na organização. A sua estrutura dirigente ao nível distrital e concelhio está repleta de elementos sem valor e experiência para tal função. A unidade ideológica necessária ao nível frentista não existe e provoca toda uma série de cisionismos, federalismos, localismos, indisciplina, etc. Os revolucionários e os comunistas, por sua vez, hesitam e deixam-se paralizar na incerteza dos rumos a seguir.

6. Nestes termos optar pelo MUP será uma atitude intimamente ligada à regularização imediata da sua situação inquinada. E tal regularização no estado actual das coisas só pode surgir se se centrar num arranque geral e massivo da base, que destrua e inutilize pela prática tudo o que de mau e de inaproveitável existe no MUP. Dos GDUP para as concelhias, destas para as distritais e destas para a CNU: eis o sentido da preparação do Congresso do MUP a realizar em Julho

próximo. Só a acção de massas, só a luta, só a organização, só a iniciativa dos GDUP poderá sanear os órgãos dirigentes de modo a que o MUP saia radicalizado e alargado. Não é através de acções de cúpula que a questão principal poderá ser resolvida.

7. Cada GDUP deveria pois receber a iniciativa dos comunistas e lançar-se no trabalho afinadamente sem esperar pelas directivas parlamentares da CNU. Esta deverá ser colocada sob o fogo intenso da actividade prática e definição teórica dos GDUP. Tarefa esta a iniciar já.

8. Mas sendo assim qual o papel da UDP? A UDP tem ainda um papel muito importante a cumprir, sem o qual o MUP perderia grande parte das suas potencialidades. É isto por quatro razões:

a) a UDP deve colocar-se ao serviço do MUP, indo até à sua integração neste, na medida do politicamente certo e seguro;

b) a UDP deve continuar a organizar todos os sectores do povo que ainda não confiam no MUP e que resistem a esta transformação organizativa de modo a que esses sectores não se percam do campo da democracia popular e possam ter um local de discussão de todas as questões políticas que levantem;

c) a UDP deve manter os secretariados dos seus órgãos dirigentes a funcionar plenamente a fim de a sua orgânica se manter viva e actuante;

d) a UDP deve, através do seu Conselho Nacional e das suas Comissões Distritais, publicar e distribuir comunicados sobre as questões políticas principais e manter a VP (mais virada para o MUP) até haver um jornal diário com a linha do nosso Partido (o que é urgentíssimo!)

9. A isto dever-se-á chamar o que o nosso CC já chamou de "reforço da UDP" ou a sua "revitalização". Não se trata, pois, de manter a UDP tal como foi vista no seu II Congresso; trata-se, pelo contrário, de evitar que ela morra prematuramente, por inacção e indefinição, sem glória e com prejuízo político para o MUP e para o povo pobre que neles confiam.

10. A transferência do esforço revolucionário da UDP para o MUP não deverá, todavia, ser efectuada em termos esquemáticamente rígidos. Deverá, antes, adoptar-se sempre que ne-

cessário (e apenas aí) as adaptações exigidas pela situação concreta a que disser respeito. Tais adaptações deverão, todavia, ser claras e não subentendidas, para não se dar ocasião a desvios da linha tática do nosso Partido.

11. A UDP deveria marcar o seu III Congresso para uma data imediatamente posterior ao nosso II Congresso, e anterior ao do MUP. A preparação desse Congresso seria sobretudo:

a) um meio de discussão política da tática do nosso Partido para a FUP;

b) um meio de aumentar a coesão e disciplina das forças de democracia popular no seio do MUP.

12. Seria também um meio de apresentação da proposta política de integração no MUP sob condição de o Congresso deste vir a definir irreversivelmente uma linha correcta de actuação e organização.

13. Claro, camaradas, tudo isto só tem nexos se o nosso Partido se mostrar a força dirigente de todo o processo. Estou certo que este nosso Congresso irá colocar o Partido numa situação de possibilidade total de demonstração do seu papel dirigente, pela prática e com o reconhecimento de todo o povo pobre.

14. Claro, também, camaradas, que o MUP sendo o núcleo organizativo central da FUP não significa que:

a) o nosso Partido perca a sua autonomia e independência;

b) o nosso Partido não lance iniciativas de frente popular com a juventude, as mulheres, certas personalidades progressistas com influência popular, outras organizações políticas, etc., sem que tais iniciativas se integrem no plano de trabalho do MUP.

III

1. A definição de uma linha tática é sempre um golpe de morte no oportunismo. O mesmo sucederá com a questão agora aqui debatida. Temos que ser o que queremos e devemos ser e não aquilo que os outros julgam que somos e não somos mas devíamos ser.

2. Na situação actual a responsabilidade do nosso querido Partido é enorme e poder-se-á dizer que tudo o que de bom e de mau for feito no seio do movimento popular será ele e só ele a fazê-lo.

Sobre as nacionalizações

Embora pressionadas pela força do movimento popular, as nacionalizações em Portugal foram efectuadas por governos da burguesia que, ao assumirem a direcção da banca, dos seguros, dos transportes e de grandes indústrias, transformaram vários capitalistas individuais num capitalista colectivo ideal para socorrer a economia capitalista da crise em que se encontrava e ainda hoje se encontra.

O recurso às nacionalizações representou para a burguesia a necessidade de concentrar o capital numa forma extrema de socialização dos meios de produção no interior da própria sociedade burguesa e fez ressaltar a contradição existente entre o carácter social crescente das forças produtivas e a forma capitalista da sua apropriação.

Efectivamente, mesmo quando efectuadas pelo Estado burguês, as nacionalizações criam uma condição material para a passagem ao socialismo e

quando a burguesia é obrigada a tomar essa medida é porque o movimento operário em ascensão o impõe.

Mas, as nacionalizações que foram feitas, diferem sobretudo das que terão que ser realizadas pela Revolução democrática popular, não só porque nem sequer tocaram no capital estrangeiro, como também e fundamentalmente porque o poder político não deixou de estar nas mãos da burguesia e dos imperialistas.

Como dizia Marx: *"...enquanto as classes ricas estiverem no poder nenhuma nacionalização representa a supressão da exploração mas unicamente uma modificação da sua forma..."*

Estas considerações procuram sobretudo definir melhor o carácter limitado, em meu entender, da "vitória" que constituíram as nacionalizações para a classe operária.

X.

Algumas questões sobre o Capítulo III "A revolução democrática popular"

Continuação da pág. 5

asneiradas que defendem. Isto é importante sobretudo para o trabalho do Partido no MUP e para obrigar os "MES" a definirem-se.

4.2 Propostas de Redacção. Alterar por incorrectas:

a) Cap. 8: onde se diz que "o PS não tenta sequer expor a sua via para o Socialismo" — isto é falso, então ele não fala em "Socialismo em Liberdade"?

b) Cap. 8: fala-se de falsas saídas burguesas e fala-se do CDS e do PPD. Ora o CDS e o PPD não têm falsas saídas burguesas, têm saídas burguesas reacçãoárias.

c) Pag. 28, 2ª coluna: "A grande burguesia perdeu todo o seu carácter nacional" — então ela alguma vez o teve? Não foi sempre vendida ao imperialismo?

d) pag. 31, 1ª coluna: "Como país explorado e dependente, Portugal não tem... lugar para uma aristocracia operária significativa". Então não é a aristocracia operária um subproduto do imperialismo? Então as centenas ou milhares de burocratas revisionistas, metidos nos Sindicatos, nas Associações de Moradores, nas fábricas e locais de trabalho, no próprio aparelho de Estado, o que são?

e) Propomos que quando se fala em burguesia se distinga sempre a média da grande pois parece-nos estar mais correcto de acordo com a nossa linha política.

Nota Final: Constatamos na leitura do texto um excesso de adjectivos, desprezando-se muitas vezes uma definição clara e profunda o que torna o texto pesado, por assim dizer, de palavras difíceis, muitas das vezes não ultrapassando a definição de princípios gerais: um exemplo ao texto, líamos uma série de vezes que em vez de se dizer muito simplesmente revisionistas, diz-se "práticas contra-revolucionárias e anticomunistas do revisionismo burguês cunhalista".

Propomos que dessem uma nova leitura eliminando o número de adjectivos.

reforçando não só o trabalho de venda militante e de organização de leitores como também cobrindo ao máximo o circuito de venda comercial. Esta experiência poderá ser ainda o embrião de uma rede de distribuição nacional, questão fundamental a resolver para garantir a saída de um jornal diário.

g) O deputado da UDP passaria (pensamos que jurídica-

Notas sobre trabalho sindical

Camaradas, desde já me autocritico, por só agora me aperceber da grande importância da minha participação na Tribuna do Congresso.

Na minha participação, queria abordar dois assuntos de extrema importância para a vida do Partido.

1. É o praticismo cego que envolve alguns camaradas do Partido concretamente na minha região.

2. É a importância do documento apresentado pelo Comité "17 de Junho" no nº7 do TC.

No ponto 1, queria salientar também a análise do camarada M. feita ao praticismo no nº6 do TC.

Esta análise assenta-me como uma luva pois o meu trabalho no Partido tem sido de um praticismo cego e desordenado, pois não tenho tido tempo nenhum pois não tenho tido tempo nenhum para poder estudar e até cheguei a ter aversão à leitura. O ler e estudar o projecto de resolução política para discussão do II Congresso do nosso Partido levou-me a assentar e cortar com alguns métodos de trabalho incorrectos, pois sem estudo não pode haver a assimilação do marxismo-leninismo, e por isso a minha prática tem sido cega pois não conjugava a teoria à prática fazendo nalguns casos que eu tenha tido uma prática esquerdista no tratar de algumas questões.

Penso e tenho vontade de dar saltos em frente sobre esta questão, bem assim como a minha experiência; levá-la a todo o Partido concretamente na região onde trabalho, pois há infelizmente mais exemplos destes no Partido por principalmente os camaradas operários como eu preferirem o trabalho prático à assimilação da teoria e deixam às vezes que outros mais teóricos tenham grande influência sobre algumas questões.

No ponto 2 — Os sindicatos, instrumento para a unidade da classe operária.

Considero que os sindicatos são de extrema importância para a unidade da classe operária e não só, são pela composição social de classe de hoje pois nas grandes fábricas e também nas

pequenas existem operários das zonas rurais e, com um grande trabalho de abnegação e sacrifício, que só os comunistas são capazes de o fazer avançar para a fase seguinte, apontada pelo CC, que é levar a justa linha do Partido para as concentrações rurais. Isto é claro a par com o outro trabalho específico junto aos camponeses e trabalhadores rurais.

Camaradas, o trabalho sindical não pode, a partir de agora, ser tratado como mais uma tarefa que o Partido exige, tem que ser encarado como factor vital para alargamento e consciência política e, como tal, o reconhecimento do glorioso continuador do velho PCP e começar-se a partir daí a desmascarar os traidores revisionistas que, tendo alguns sindicatos debaixo das suas direcções amarelas, conseguem estrangular as grandes massas operárias principalmente na Cintura Industrial de Lisboa, no desejo de avançar para a luta em torno dos seus contratos colectivos, etc.

Camaradas, como aponta o Comité "17 de Junho" todos os comunistas têm por dever lançar-se organizadamente na conquista das estruturas intermédias dos sindicatos: comissões sindicais; ser eleito delegado sindical; e se possível ganhar as direcções dos sindicatos.

Camaradas, basta de triunfalismos ociosos, quando houver a mais pequena movimentação da classe discute-a e não te deixes envolver por certos triunfalismos que são hábitos da pequena-burguesia e encara a realidade como a vanguarda da classe que és.

Camaradas tomemos o Partido nas mãos.

EM FRENTE COM O II CONGRESSO DO PCP(R)
EM FRENTE COM A CONQUISTA DO APARELHO SINDICAL

EM FRENTE COM A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

EM FRENTE COM O COMBATE AOS HÁBITOS PEQUENO-BURGUESES NO INTERIOR DO PCP(R)

Tm.

Sobre a UDP e o MUP

Continuação da pág. 6

mente é possível) para deputado do MUP.

4. Por último consideramos justas e apoiamos vivamente as posições do Partido no sentido de organizar acções amplas que abranjam sectores influenciados pelo PS e P"CC", assim como personalidades possíveis de trazer para o nosso lado. Destacamos em relação a este trabalho a importância do trabalho sindical, da luta antifascista e contra a carestia, a defesa da refor-

ma agrária e da lei do arrendamento rural e o internacionalismo proletário.

Reforçamos no entanto que esse trabalho de alargamento da frente não passa nesta fase pela contestação do MUP, antes pelo contrário, deve ter este em conta como seu suporte organizativo.

22/2/77

A célula

"CHARU MAZUNDAR"

Derrotar o federalismo anarquizante dos grupos e implantar o centralismo democrático

No grande debate que se verificou nas sessões do I Congresso do nosso Partido, assisti como delegado, a discussões sobre o artigo 16 dos Estatutos, que revelaram ainda uma certa imaturidade na compreensão dos princípios leninistas de organização de um Partido Comunista, e as ideias que ainda circulam livremente nas nossas fileiras de tipo grupista caciquista pequeno-burguês, de cores federalistas anarquistas.

Foi o então primeiro secretário do antigo Comité Regional de Lisboa quem fez uma argumentação cheia de sofismas para introduzir modificações anti-leninistas na correcta redacção que tinha então o artigo 16 do projecto de Estatutos, cujo conteúdo era justamente o que se encontra no actual projecto de Estatutos para o nosso II Congresso. Assim o que se visa é corrigir uma grosseira deformação anti-leninista que havia sido inserida nos Estatutos do nosso Partido.

O que estabelece o artigo 16 do actual projecto de Estatutos? Simplesmente o seguinte:

"Nenhum Comité ou organismo do Partido, nem os seus dirigentes ou militantes, têm o direito de fazer declarações ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão de âmbito nacional ou internacional, sem que o Comité Central tenha tomado posição a esse respeito."

O que conceitua com clareza esse artigo é a ideia de Lenine sobre o centralismo democrático, sobre a direcção do Partido por um centro único. A democracia interna no Partido sem o centralismo é tanto o ultra-democratismo, muito a gosto dos pequeno-burgueses, como também o federalismo anarquista, diametralmente oposto ao conceito de organização proletária de um verdadeiro Partido Comunista.

Sem esse princípio leninista, formulado de maneira clara e precisa, estaria inteiramente liquidado o princípio de subordinação incondicional dos organismos inferiores aos organismos superiores e do conjunto do Partido ao Comité Central. Se não estabelecermos estas ideias, não asseguraremos o centralismo democrático, nem a disciplina, nem a unidade or-

gânica de pensamento e acção do Partido.

As ideias federalistas anarquistas dos camaradas da célula 27 de Novembro, devem ser combatidas porque são em tudo e por tudo anti-leninistas. São restos das ideias pequeno-burguesas que ainda circulam nas nossas fileiras, as quais são incompatíveis com os princípios de organização do nosso Partido. Para se perceber o contrabando que representam essas ideias suponhamos o seguinte problema nacional: as eleições legislativas para a Assembleia da República. Se cada organismo ou militante se pronunciasse antes do Comité Central poderíamos ter tantas tácticas quantos fossem os organismos e militantes. Estava assim gerada a anarquia no Partido e golpeado fundo a unidade do próprio Partido. Coloquemos um outro problema de ordem internacional: as tentativas do actual governo de atrelarem Portugal ao Mercado Comum. Que espectáculo daríamos se cada organismo ou militante e-

mitisse a sua opinião antes do Comité Central!

Tentando escamotear a verdade que está claramente definida no artigo 16 dos Estatutos, os camaradas da célula 27 de Novembro, procuram baixar a discussão de princípios, para questões de actividade política diária dos organismos, dirigentes e militantes. O artigo 16 está perfeitamente articulado com o artigo 11 que diz: "No âmbito da sua jurisdição, todas as organizações do Partido devem ter a mais ampla iniciativa, desde que as suas decisões não contrariem a linha do Partido e as decisões dos órgãos dirigentes superiores".

Este debate serve para aprofundarmos o nosso conhecimento dos princípios marxistas-leninistas do Partido. O princípio que está claramente definido no artigo 16 do projecto de Estatutos, é um princípio inscrito no antigo Partido Bolchevique de Lenine e Staline. É também um princípio estabelecido nos Estatutos dos Partidos marxistas-leninistas.

At.

Participação no debate

ESTATUTOS:

No Tribuna do Congresso nº3 o camarada M. argumentou sobre as razões porque se devem apoiar os Estatutos, actualmente propostos, na T.C. nº5 a célula "27 de Novembro", refuta principalmente uma das alterações na TC n. 6, o camarada Mq retoma a mesma questão.

Em primeiro lugar, penso que é lamentável, que as alterações aos Estatutos actualmente propostas, não tenham sido argumentadas politicamente pelo C.C., dando origem a que os camaradas tenham de andar à procura de quais são na realidade as alterações e de adivinhar quais são as razões políticas que as determinaram.

1 - Por exemplo, no parágrafo 2º dos Estatutos, na "DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS", foi acrescentado, e justamente, a necessidade de luta pela coesão ideológica, da aplicação da proletarianização, e da luta contra o caciquismo, mas, no entanto desapareceu a necessidade de combater o "obreirismo pequeno-burguês" - Na situação em que se vê hoje muitos organismos, em que infelizmente se confunde

proletarianização e revolucionarização, com o obreirismo pequeno-burguês mais recuado, caracterizado por um espontaneísmo grupista, e baseado fundamentalmente nas proclamações ocas e no rebaixar da política, menosprezar um desvio como o obreirismo nos nossos Estatutos, na Declaração de Princípios, é no fundo, o mesmo que nos primeiros Estatutos, não mencionar o caciquismo pequeno-burguês!!!

2 - Outra questão - Que critério preside à modificação das palavras de ordem - PÃO, TERRA, LIBERDADE, INDEPENDÊNCIA NACIONAL E PAZ pelas da proposta actual - LIBERDADE, PÃO, TERRA e INDEPENDÊNCIA NACIONAL. Se é uma inovação teórica é baseada em que fundamentos políticos? ?

3 - No capítulo I - "O membro do Partido" no artigo 4 eliminou-se a alínea c) dos anteriores Estatutos, sobre a participação na Imprensa, trocando-a por uma breve referência, na actual proposta, feita na alínea b), o que acho criticável, pois, é sempre importante a ga-

rantia, o mais explícita possível, de que os militantes têm o direito de participar nos debates da Imprensa.

4 - No capítulo III - "Organismos Superiores do Partido", em relação à eleição do C.C. pelo Congresso, eliminou-se a fixação do número de membros e suplentes pelo próprio Congresso, penso que esta alteração não tem razão de ser, pois deve ser o Congresso como órgão máximo do Partido, que fixa o número de membros, do organismo imediatamente inferior, o C.C. e não deve ser o C.C. cessante.

5 - No mesmo capítulo proponho que se acrescente esta alínea: - COMPETE AO CONGRESSO, QUANDO O ACHAR NECESSÁRIO ELEGER O SECRETÁRIO GERAL.

6 - Em relação à troca de nome de Comissão Política para Executiva e à possibilidade de eliminação do Secretariado, como os Estatutos propostos deixam antever, penso que é uma medida perigosa, pois, possibilita a concentração de todo o poder executivo, num único organismo relativamente pequeno, que só será controlado por

um outro muito grande - o C.C. completo, necessariamente distanciado, desconhecendo muitos dos problemas e só reunindo de longe em longe para, fundamentalmente, traçar a linha política. A coordenação entre uma Comissão Política e o Secretariado do C.C., o respectivo controle e vigilância, feito pela Comissão Política, mais alargada e mais conhecedora dos problemas no particular e no geral, e da respectiva actuação do Secretariado. Além disso, a existência da Comissão Política e do Secretariado nestes moldes, limita, claramente as possibilidades de caciquismo e oportunismo, que poderiam surgir num único e todo poderoso organismo dirigente. Aliás, a favor disto é ainda de considerar as razões expostas por Lenine, sobre alguns problemas de organização, na "CARTA A UM CAMARADA".

Muitas das outras alterações parecem-me justas, mas, principalmente estas acima mencionadas, julgo que não têm razão de ser.

Jq.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PONTO 6º DO PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL PARA O II CONGRESSO DO PCP(R)

6) A DESAGREGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Ao conquistar os soldados e marinheiros para o campo popular, o movimento revolucionário de massas paralisou temporariamente a capacidade repressiva da burguesia e iniciou a desagregação das Forças Armadas burguesas, uma das condições essenciais para o triunfo da revolução. "Os soldados sempre ao lado do Povo" foi a resposta revolucionária e popular à fórmula burguesa cunhalista da "aliança povo-MFA".

A explosão de reconhecimento popular que envolveu os soldados na Jornada de 25 de Abril de 1974, depois das humilhações do regime fascista e sobretudo dos horrores das guerras coloniais, despertou estes para uma consciência democrática avançada. Por seu lado, os sectores operários de vanguarda, no desenrolar da luta pelo aprofundamento da democracia, compreenderam a importância decisiva de conquistar os soldados para o campo popular. As jornadas de 12 de Setembro (manifestação da Lisnave) e do 28 de Setembro, do 7 de Fevereiro, do 11 de Março e 20 de Agosto, forjaram e selaram a unidade entre os trabalhadores e os soldados.

Esta realidade agudizou a luta de classes dentro dos quartéis: o seu primeiro sintoma foi a luta generalizada contra o militarismo, pelas reivindicações mais sentidas pelas massas de soldados (pré, rancho, condições de vida) e pelo saneamento dos elementos fascistas que detinham o controlo das Forças Armadas. Após esta primeira fase, o movimento revolucionário dentro dos quartéis radicaliza-se muito rapidamente e outra coisa não seria de esperar: as

Forças Armadas foram das instituições que mais tempo levaram a abalar as suas estruturas. Foi precisamente a ligação dos soldados e marinheiros com o Povo que levou a acabar com este estado de coisas. O grosso das massas ganhou consciência política e apercebem-se dos intuitos dos seus chefes. Os falhados golpes de 28 de Setembro e 11 de Março abrem os olhos dos trabalhadores fardados e fá-los despertar para uma nova condição: a de braço armado do povo. O apoio dos trabalhadores à luta dos soldados, o apoio dos soldados às ocupações e lutas populares, o juramento de bandeira do RALIS, consolidaram esta unidade.

Estimulados pelas conquistas dos trabalhadores, educados pelos exemplos de luta e organização da classe operária, os soldados começaram a levantar as suas próprias reivindicações políticas dentro das Forças Armadas. Os oficiais, que a princípio tinham decretado que a política não entraria dentro dos quartéis, tiveram que ir cedendo à pressão dos soldados. Estes obrigaram a afrouxar o regime de disciplina, entraram nas ADUs e por último conquistaram o direito aos seus próprios plenários e às suas comissões, completamente independentes da interferência dos oficiais.

A recusa dos embarques para Angola, de reprimir as lutas do Povo e o surgimento de posições políticas independentes dos soldados, pode-se dizer que constituem o início da desagregação das Forças Armadas da burguesia.

Factos novos, a nível nacional e internacional, caracterizaram este período: o movimento espontâneo dos soldados dá origem ao aparecimento de diversas organizações de soldados.

No Verão de 75 aparecem os SUV, que com o seu programa arrastam milhares de soldados e marinheiros na luta por objectivos progressistas. Sucedem-se as manifestações de soldados e a organização autónoma destes ganha consistência, de tal forma que, a partir de certa altura, o movimento dos soldados e marinheiros aparece como força dirigente do processo revolucionário.

Também neste campo os grupos mostraram a sua incapacidade de condução das massas; a falta de direcção proletária levou a que os revolucionários oscilassem entre as posições mais esquerdistas e as mais direitistas; aliado este facto à sabotagem contra-revolucionária dos revisionistas, a burguesia reacção e o imperialismo conseguiram liquidar momentaneamente as conquistas dos soldados e travaram momentaneamente a desagregação das Forças Armadas burguesas.

Os principais erros cometidos pelos comunistas e pelos revolucionários, consistiram em:

1. Ter afastado os oficiais progressistas pelo seu sectarismo nas ADUs, empurrando-os para a burguesia reacção.

2. Ter condenado os SUV como fazendo o jogo do social-fascismo em vez de ter apoiado o que estes tinham de progressista e, ganhando as massas para as posições revolucionárias consequentes, por este meio ter escoraçado do seu seio os revisionistas.

3. Ter incutido ilusões nas massas acerca do papel dos soldados e do seu movimento revolucionário, fazendo-o passar por dirigente da revolução, como se verificou por exemplo em relação aos oficiais progressistas do COPCON e também

na orientação das Comissões de Soldados.

A rica experiência vivida desde o 25 de Abril até ao 25 de Novembro e os erros cometidos, mostraram aos comunistas hoje unidos no nosso Partido, que para desagregar as Forças Armadas da burguesia se torna necessário:

1. Apoiarmo-nos nas massas e na sua força revolucionária;

2. Praticar uma política justa em relação aos oficiais progressistas, não caindo por um lado em posições esquerdistas de os afastar para o campo do inimigo, e por outro lado não nos apoiarmos neles como sendo eles a força dirigente do processo revolucionário;

3. Escorraçar os revisionistas e a sua influência perniciosa e contra-revolucionária; para isso, é necessário apoiar o movimento de massas revolucionário, torná-lo independente, radicalizá-lo e apontar-lhe a via do movimento operário e popular, mostrar-lhe que ele faz parte do braço armado da revolução democrático-popular.

O nosso Partido tem estes factores em conta e luta para que se mantenham vivas as lições das grandes jornadas de unidade de trabalhadores — soldados e marinheiros, que são uma inovação revolucionária na luta de classes em Portugal. A prática mostrou que o caminho da revolução no nosso país passa pela ligação estreita entre o movimento revolucionário popular e os soldados e marinheiros, pelo apoio mútuo nas suas lutas sob a direcção política do proletariado e do seu Partido de classe.

As Forças Armadas da burguesia podem ser desagregadas sob os golpes dum forte movimento revolucionário popular.

Nx.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PONTO TERCEIRO, PÁG. 44 DO IV CAPÍTULO DO PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL PARA O II CONGRESSO DO PCP(R).

Terceiro: A vitória popular passa pela desagregação das Forças Armadas da burguesia e pela conquista de uma parte dessas Forças Armadas, mas exclui em absoluto qualquer perspectiva de um golpe militar radical.

O nosso Partido está firmemente contra as tendências aventureiras que procuram uma saída para a crise através de um golpe militar radical. São tendências pequeno-burguesas que não contam com as massas para tomar nas suas próprias mãos a luta pela sua libertação e que por isso são incapazes de transformações verdadeiramente revolucionárias e estão condenadas a ser esmagadas pela reacção e o imperialismo.

Temos presente o ensinamento de Lenine de que nenhum movimento revolucionário pode triunfar sem conquistar uma parte das Forças Armadas da burguesia. Isso significa, como mostra a experiência do nosso país, a necessidade de desagregar as Forças Armadas

burguesas, conquistando massas de soldados e sectores progressistas de sargentos e oficiais para o campo popular. Nada tem a ver com golpes de caudilhos militares, isolados do movimento revolucionário de massas.

As novas características do movimento revolucionário e democrático dos soldados e marinheiros impostas pelo 25 de Novembro, apontam para a luta contra o militarismo e a tentativa de recuperação fascista nas Forças Armadas.

Praticando uma política de ampla frente, fazendo com que o grosso dos soldados e marinheiros e também os sectores de oficiais e sargentos patriotas e progressistas se unam ao campo popular, ganhando-os para a luta pela Independência Nacional e pela liberdade do nosso povo, estaremos a contribuir para que o Povo português caminhe com maior determinação para o 25 de Abril do Povo. Esta política deve visar também o enfraquecimento do campo

do inimigo, dividindo os sectores claramente fascistas dos sectores oscilantes e sobretudo dos sectores militares que estiveram ligados ao grupo dos Nove, muitos deles participantes no 25 de Abril.

Por outro lado, temos de praticar uma política independente relativamente aos soldados e marinheiros, no sentido de os levar à luta fundamentalmente contra o militarismo, pela democracia dentro dos quartéis e pela Independência Nacional.

"Os soldados e marinheiros não reprimem o Povo" deve ser a nossa palavra de ordem; para isso, há que reconquistar a liberdade de reunião de democratizar o RDM, e por outro lado dotar os soldados e marinheiros de organização própria.

O grosso de soldados e marinheiros a conquistar para a revolução, em estreita unidade com os sargentos e oficiais progressistas, lutam para que amanhã e desde já as Forças Armadas sejam democráticas, este-

jam ao serviço do Povo e dos interesses nacionais, sejam o garante da Constituição e da Liberdade. Isto significa que as Forças Armadas não devem estar ao serviço de quem as queira usar contra o Povo, na repressão das suas lutas. As Forças Armadas, servindo estes objectivos progressistas, devem vir a constituir o braço armado do Governo do 25 de Abril do Povo.

O nosso Partido combaterá quaisquer tendências para colocar o movimento operário e popular na expectativa de acções de sectores militares. Opõe-se de igual modo a qualquer ilusão que seja lançada entre as massas de que a sua libertação possa resultar de uma dádiva de quem quer que seja. Lutamos por incutir nas amplas massas o espírito independente de contar unicamente com as próprias forças para esmagar os reacçãoários e levar à vitória o seu movimento libertador.

Nx.

SOBRE O DIREITISMO

Camaradas:

O nosso Partido lançou justamente um ataque cerrado ao esquerdismo grupista, ataque esse que é importante e deve continuar. Mas hoje camaradas, vemos que no nosso Partido se verifica a existência de demissionismo, de medo da luta e de outras posições ideológicas, políticas e práticas que devemos classificar de **direitistas**.

ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DO DIREITISMO

Muitos camaradas têm medo dos revisas. Uma verificação prática disso são os plenários sindicais. A maior parte dos camaradas faltam. Os que vão não se inscrevem, ou inscrevem-se tarde e não intervêm. Nos plenários que se fizeram recentemente a nível nacional dos metalúrgicos isso foi flagrante. Chegou-se ao cúmulo de um camarada numa assembleia ter dado combate cerrado aos revisas e ter sido por estes caluniado e ameaçado perante outros camaradas que, na plateia, assistiam

impávidos e serenos sem levantar um dedo ou a voz.

Muitos camaradas demitem-se de tarefas de responsabilidade e do trabalho diário de massas ou até se demitem do Partido. Camaradas estavam habituados aos tempos a seguir ao 25 de Abril em que bastava bater palmas e fazia-se logo uma manifestação. Hoje que cortámos com o agitativismo e o trabalho no seio das massas é um trabalho diário, persistente, por vezes difícil, de isolamento dos inimigos do povo, existem piores condições políticas, há camaradas que se demitem. Chegou-se a um camarada operário, membro de um CR, se demitir da luta afirmando que "estava a ver que afinal a revolução podia demorar 20 ou 30 anos."

Há camaradas que no seio da UDP ficam calados perante as calúnias levantadas à UDP e ao nosso Partido como se os caluniadores estivessem a falar dos revisas ou do CDS, de coisas que aos camaradas não dizem respeito. Há também camaradas que no seio da frente se demitem de lutar pela linha revolu-

cionária do nosso Partido, deixando passar qualquer aldrabice que lhes (e às massas) queiram impingir.

Muitos camaradas perante o acirrar da luta de classes na fábrica, no campo ou na escola, perante o confronto entre o avançar e o recuar, hesitam, deixam ao aparecimento espontâneo de alguém a condução da luta, as posições de vanguarda.

Todas estas posições são de **direita**, devem ser analisadas e combatidas, porque levam ao enfraquecimento ideológico, político e organizativo do nosso Partido.

DUAS CAUSAS PRINCIPAIS NA BASE DO DIREITISMO

A primeira causa do **direitismo** é a **falta de confiança em que a vitória da classe operária é uma necessidade histórica** que nenhuma força pode contrariar.

Perante actuações do dia a dia, dificuldades, inêxitos, perde-se de vista a perspectiva da vitória final, e fraqueja-se.

A segunda causa do **direitismo**

mo é a **falta de confiança no Partido e na sua linha e táctica**.

Muitos camaradas, embora por vezes o aceitem, não compreendem profundamente que o nosso Partido é a única alternativa na luta contra a miséria, o fascismo e o imperialismo, a única esperança na Revolução e no Socialismo. Por outro lado, a falta de conhecimento e discussão da linha do Partido e da sua táctica contribui também para essas manifestações de **direitismo**.

TEMOS DE COMBATER O DIREITISMO

O nosso Partido precisa de combater todas as manifestações estranhas à ideologia do proletariado. O avançar do movimento de proletarianização e revolucionarização no nosso Partido terá de varrer com todas as manifestações da ideologia liberal, com toda a fraqueza e impotência perante o inimigo de classe.

VIVA O PCP(R)!

Pt.

Sobre o revisionismo

• Primeiro que tudo queria autocriticar-me de ainda não ter escrito para a Tribuna do Congresso. Já o devia ter feito, no entanto apenas me remeti para a posição de esperar que os outros escrevessem.

Eu queria falar sobre o modo como nas teses é tratado o revisionismo, que penso ter erros e insuficiências.

Nas teses que o nosso CC apresenta, ao falar da luta contra o revisionismo pouco se fala na luta contra os revisas, na **frente ideológica**. Fala-se a nível político, a nível prático, mas a questão do armamento ideológico dos comunistas marxistas-leninistas tão necessário neste momento ao nosso Partido, não lhe é dada a importância que merece quer no capítulo II (pag. 24), quer no IV (pag. 39).

Esta falta é extensiva ao não se analisar a base social do revisionismo nestes quase três anos de processo revolucionário.

Também ao tratar o Partido revisionista se substitui quase sempre a expressão revisionista por expressões como "camarilha burguesa de Cunhal", "traidores cunhalistas", "camarilha contra-revolucionária cunhalista". Ora se é verdade que os cunhalistas são uma corrente do revisionismo (que, como corrente burguesa, está dividida), é verdade que a sua essência ideológica é o revisionismo

moderno e as teses não analisam as características próprias dos revisionistas em Portugal.

Outro aspecto incorrecto nas teses (e que advém da não profundidade ideológica) é o associar-se sempre os partidos burgueses tipo PPD e CDS ao imperialismo americano e raramente se foca o papel de agente activo do social-imperialismo que foi e é Cunhal, e as manifestações disso em Portugal. Não fica claro nas teses esse aspecto do revisionismo moderno que o camarada Enver Hoxha tão bem foca ao dizer que "os velhos países revisionistas da Europa de Leste que se puseram a reboque de Kruchov, foram reduzidos ao papel de simples vassallos do Kremlin. O revisionismo moderno mostrou na prática que não é só uma ideologia anti-operária e contra-revolucionária, mas também uma ideologia de opressão nacional e de justificação de escravatura imperialista", e ao afirmar também que na União Soviética e países da Europa de Leste "já só existe uma ditadura, a ditadura capitalista, fascista".

Camaradas:

O que me preocupa é ver que no nosso Partido há muitos camaradas que não compreendem a questão do revisionismo e há muitos dirigentes operários que metem dúvidas. E a verda-

de é que nós temos alcançado vitórias sobre os revisionistas como na campanha do Otelo, mas no geral temos atacado muito mas mal os revisionistas. Muito em papéis e verbalmente, e mal porque várias vezes com sectarismo em relação às bases do P"CP". Mal também porque esse ataque não representa uma compreensão ideológica, muitas vezes e isso vê-se na questão dos Sindicatos em que muitos camaradas fogem de atacar os revisionistas neste seu baluarte e o Partido não tem estado virado principalmente para expulsar os revisas daí, o que vai dar muita luta senão sangue.

Camaradas:

Nós somos o Partido Comunista, não nos podemos limitar a dizer que os revisionistas são traidores e reformistas, caluniadores e divisionistas. Temos de ir ao fundo e analisar a ideologia do revisionismo, e armar todo o Partido, só assim não haverá vacilações.

Lanço um apelo a todos os camaradas que ainda não o fizeram ou o fizeram mal, para que leiam o Tomo 19 das Obras do camarada Enver Hoxha, que tem ajudado a retirar camaradas do P"CP" e a armar ideologicamente o Partido, bem como o Informe ao VII Congresso e também para estudarem nos locais onde desenvolvem trabalho, a actuação dos revisionis-

tas, distinguindo claramente entre caciques e trabalhadores enganados e vendo que o combate aos revisionistas não será levado adiante se não for feito no seio da classe e do povo.

NOTA: Já depois de feita esta nota, li na TC n. 7 um artigo sobre o Revisionismo, não assinado, que levanta questões importantes sobre a análise à prática concreta dos revisionistas e à nossa prática. Penso que o artigo não vai à questão de fundo, ou seja, nós para atacarmos correctamente e para sabermos ter **táctica** na luta contra o revisionismo, temos, ao mesmo tempo e **principalmente**, de estar armados ideologicamente dos **princípios** que separam o marxismo-leninismo do revisionismo moderno. Se assim não for sempre que os revisionistas mudarem de cara e de táctica, há camaradas que fraquejam e que metem dúvidas sobre se seremos nós a vanguarda ou se serão os revisionistas, e camaradas que ficarão de mãos atadas para este combate.

Nós, como Partido Comunista, temos que nos demarcar nas resoluções do Congresso **ideologicamente do revisionismo, da camarilha social-fascista que domina o P"CP**. Só assim seremos capazes de ter na prática do dia a dia uma **linha de massas** no ataque ao revisionismo.

Pt.